

## TEMA: As Crianças em Goiás

O dia das crianças foi instituído em 1924 pelo então presidente Arthur Bernardes, mas a data passou vários anos desprezada e apenas ganhou notoriedade na década de 1960. Infelizmente o dia das crianças se fez marcante não pela importância da criança na sociedade ou tão pouco pelo reconhecimento da sociedade desta relevante e crucial fase da vida. A história mostra que a iniciativa de se dedicar um dia para comemorar a infância, teve um viés estritamente comercial: duas grandes empresas voltadas para a produção de artigos infantis difundiram o dia da criança para alavancarem o consumo destes pequenos cidadãos, lançando, para tanto, na década de 1960, a “Semana do Bebê Robusto”. Outras empresas seguiram o caminho e no ano seguinte as principais fabricantes de brinquedos chegaram a um acordo e escolheram um único dia para “homenagear” as crianças.

Contudo, esse cunho comercial não diminui a relevância de uma data para saudarmos nossas crianças e serve também para analisarmos e refletirmos sobre a condição desse grupo tão especial. Seria o momento para, além de festejarmos, avaliarmos o que de progresso conseguimos e detectar aquilo em que precisamos melhorar.

Como um avanço alcançado, podemos citar o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei nº 8.069, sancionada em julho de 1990, pelo então Presidente da República Fernando Collor de Mello. Este estatuto reflete o amadurecimento sociojurídico do Brasil em relação às crianças e coloca nosso país em posição de destaque mundial, por ter uma das leis mais modernas para a proteção da criança e dos seus direitos inerentes. Vale ressaltar que, para o ECA, em seu artigo 2º, criança é a pessoa até doze anos de idade incompletos.

Apesar das conquistas dos últimos anos, há ainda um longo caminho de reflexão acerca da infância. É preciso compreender melhor o contexto em que vivem e como se desenvolvem aqueles que estão nessa fase da vida. De acordo com Vygotsky “existe, profundamente enraizado na consciência geral, um conceito incorreto, que é a idéia de que a criança difere do adulto somente quantitativamente. Não precisamos mais do que encolher o adulto, torná-lo mais fraco (...) e teremos uma criança”.

Aproveitando a reflexão sobre a data comemorativa do dia das crianças, com o rico banco de dados da Pesquisa Nacional de Amostra Domiciliar (PNAD) de 2012, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), divulgada recentemente, foi possível identificar o quantitativo de crianças em Goiás, bem como a caracterização desta população.

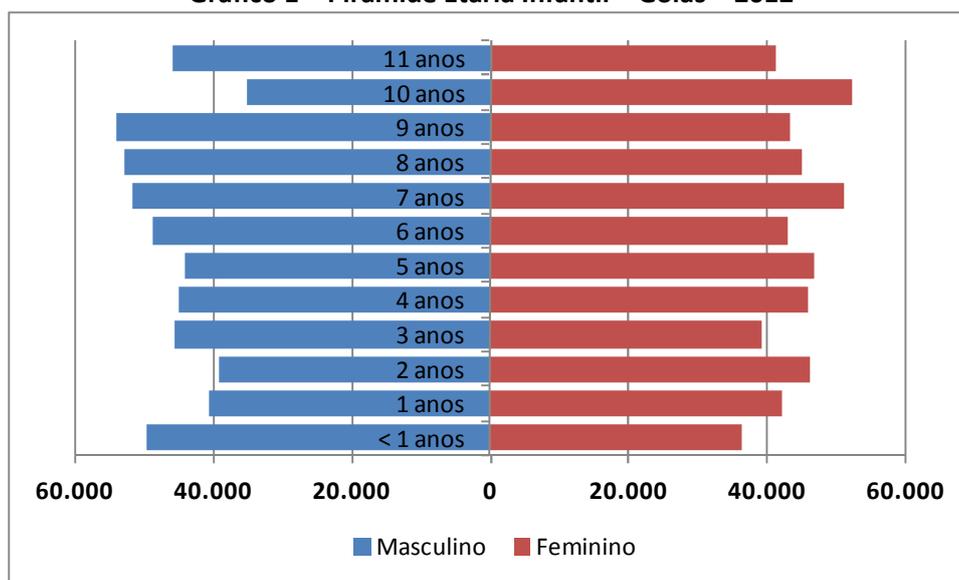
As crianças no Estado de Goiás perfazem o número de 1.085.152 habitantes, o que representa 17,24% da população goiana e 3,15% do total de crianças que vivem no Brasil, que é de 34.473.403

pessoas. Do total de crianças goianas, um pouco mais da metade são do sexo masculino, 50,89% ou 552.192 crianças, as do sexo feminino somam 532.960, ou seja, 49,11%.

Essa proporcionalidade é percebida pelo Gráfico 1, que mostra a pirâmide etária infantil. Excetuando a idade de 10 anos, em que tem-se uma relativa discrepância entre meninos e meninas, observamos uma certa equivalência entre os dois sexos.

Vale ressaltar que esta proporção se altera nas idades mais altas, resultado das mortes violentas e evitáveis que acometem principalmente os jovens do sexo masculino.

**Gráfico 1 – Pirâmide Etária Infantil – Goiás – 2012**

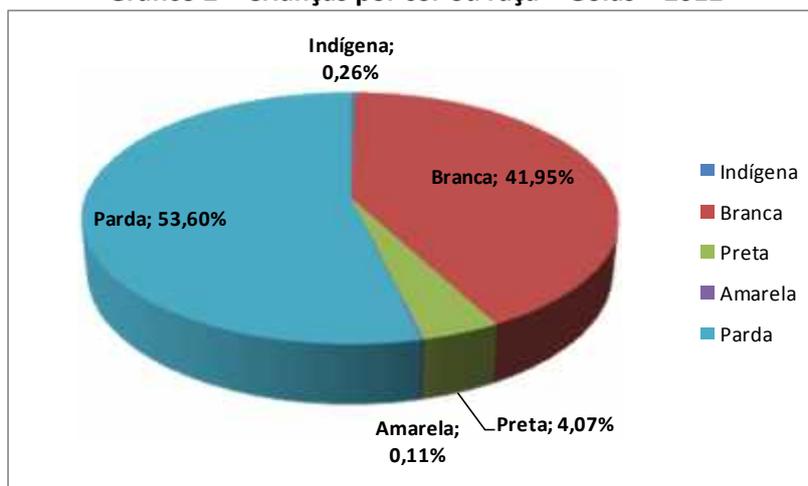


Fonte: PNAD – 2012

Elaboração: Instituto Mauro Borges / Segplan-GO / Gerência de Estudos Socioeconômicos e Especiais – 2013

Outra característica das crianças goianas, visualizada na PNAD/2012, diz respeito a cor informada pelo declarante. São 581.662 pequeninos declarados como pardos, o que representa 53,60% do total de crianças. Aparece em seguida, com 41,95% do total de crianças, aquelas com cor branca. Na sequência seguem as cores preta (4,07%), amarela (0,11%) e indígena com apenas 2.866 crianças (0,26%), conforme o Gráfico 2. Nota-se que essa distribuição tem similitude com os números da população em geral, que apresenta a mesma sequência relativa a cor declarada.

**Gráfico 2 – Crianças por cor ou raça – Goiás – 2012**



Fonte: PNAD IBGE – 2012

Elaboração: Instituto Mauro Borges / Segplan-GO / Gerência de Estudos Socioeconômicos e Especiais – 2013

Um tema fundamental a ser analisado, dentro do contexto da infância, é a questão da educação. Em Goiás, essa área tem apresentado índices bastante relevantes, com significativa melhora nos seus quesitos. Dentre esses, a alfabetização infantil merece atenção: das crianças com idade entre 5 e 12 anos incompletos, 81,26% sabem ler e escrever (ver Quadro 1). Portanto, 18,74% desse grupo não sabem ler ou escrever, um número ainda elevado. Porém, é necessário sublinhar que do total daqueles que ainda não sabem ler e escrever, 81,33% têm menos de 7 anos de idade, atenuando a situação, pois essas crianças estão apenas iniciando a vida escolar. É necessário salientar, também, que o Ministério da Educação e o UNICEF determinam como limite para alfabetização plena a idade de 8 anos. Nesse sentido, Goiás apresenta menos de 2% de crianças entre 8 e 11 anos de idade que não sabem ler e escrever.

**Quadro 1 – Crianças com idade entre 5 e 12 anos incompletos que sabem ou não ler e escrever – Goiás – 2012**

IDADE	Sim	Não	Total
5 anos	24.967	65.892	90.859
6 anos	57.716	33.975	91.691
7 anos	86.791	15.968	102.759
8 anos	94.142	3.681	97.823
9 anos	95.782	1.636	97.418
10 anos	86.370	1.228	87.598
11 anos	86.777	409	87.186
Total	532.545	122.789	655.334

Fonte: PNAD – 2012

Elaboração: Instituto Mauro Borges / Segplan-GO / Gerência de Estudos Socioeconômicos e Especiais – 2013

Outro aspecto que apresenta boa evolução no Estado de Goiás é o da frequência escolar. Do total de crianças, 67,41% frequentam creche ou escola (conforme Quadro 2). Apesar de 353.670

crianças não estarem em creche ou escola, esse percentual é considerável tendo em vista que até 2012, a idade a partir da qual a criança deveria estar obrigatoriamente matriculada era aos 6 anos. Assim, no grupo de crianças entre 6 e 11 anos, mais de 98% estavam frequentando algum estabelecimento de ensino em Goiás.

Com a Lei nº 12.796 de 4 de abril de 2013, todas as crianças a partir dos 4 anos de idade devem estar matriculadas em alguma escola. No Estado de Goiás, já em 2012, a PNAD mostra que 91,28% dessas crianças com mais de 4 anos estavam inseridas no sistema escolar. É possível notar, pelo Quadro 2, que quanto maior a idade menor é o contingente que não frequenta uma unidade de ensino, existindo, inclusive, idades em que todos os indivíduos estavam na escola, como os de 7 e 9 anos.

**Quadro 2 – Crianças que freqüentam ou não freqüentam escolas ou creches em Goiás – 2012**

Idade	Frequenta escola ou creche		
	Sim	Não	Total
Até 1 ano	5.320	163.328	168.648
2 anos	17.609	67.950	85.559
3 anos	27.424	57.314	84.738
4 anos	50.757	40.116	90.873
5 anos	75.309	15.550	90.859
6 anos	84.325	7.366	91.691
7 anos	102.759		102.759
8 anos	97.005	818	97.823
9 anos	97.418		97.418
10 anos	86.779	819	87.598
11 anos	86.777	409	87.186
Total	731.482	353.670	1.085.152

Fonte: PNAD – 2012

Elaboração: Instituto Mauro Borges / Segplan-GO / Gerência de Estudos Socioeconômicos e Especiais – 2013

A tabela a seguir mostra que a rede pública de ensino tem papel primordial no atendimento dos alunos até os 12 anos de idade. Daqueles que frequentavam algum tipo de escola, 73,47% ou 537.446 crianças estavam na rede pública, cabendo à rede privada o atendimento de 26,53% ou 194.036 crianças (ver Quadro 3). Esses dados evidenciam que o papel do Estado como ente promotor da educação é de grande relevância. Por isso, investimentos para a melhoria da qualidade do ensino devem ser constantes visando ao aperfeiçoamento da aprendizagem. Pois, como a questão da universalidade do ensino se mostra até certo ponto superada, é preciso cuidar da questão da

permanência e da melhor formação dos alunos, levando-se em conta que é na faixa etária até os 11 anos em que se dá a base para um conhecimento sólido.

**Quadro 3 – Rede de Ensino Frequentada pelas crianças**

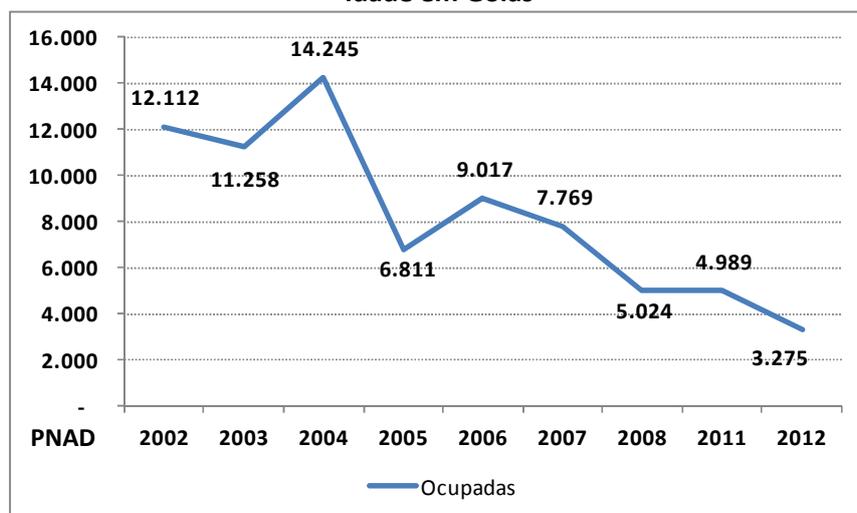
Idade	Rede de ensino		
	Pública	Privada	Total
Até 1 ano	4.093	1.227	6.138
2 anos	10.646	6.963	17.609
3 anos	15.964	11.460	27.424
4 anos	27.419	23.338	50.757
5 anos	49.930	25.379	75.309
6 anos	61.403	22.922	84.325
7 anos	81.056	21.703	102.759
8 anos	72.038	24.967	97.005
9 anos	79.406	18.012	97.418
10 anos	67.541	19.238	86.779
11 anos	67.950	18.827	86.777
Total	537.446	194.036	731.482

Fonte: PNAD – 2012

Elaboração: Instituto Mauro Borges / Segplan-GO / Gerência de Estudos Socioeconômicos e Especiais – 2013

Um dos temas que merece enfrentamento é o do trabalho infantil. Nos últimos 10 anos, observa-se em Goiás, pelo Gráfico 3, a tendência de redução do número de crianças ocupadas. Em 2002 tínhamos 12.112 crianças desempenhando algum tipo de ocupação e passamos, em 2012, para 3.275, queda de 72,96%. Os valores refletem uma melhora significativa na situação socioeconômica das famílias do Estado de Goiás. Contudo, apesar de existir menos de 1% de pessoas menores de 12 anos de idade trabalhando, é preciso almejar a situação ideal de nenhuma criança inserida no mercado de trabalho.

**Gráfico 3 - Situação de ocupação na semana de referência das pessoas de 5 anos até 12 anos de idade em Goiás**

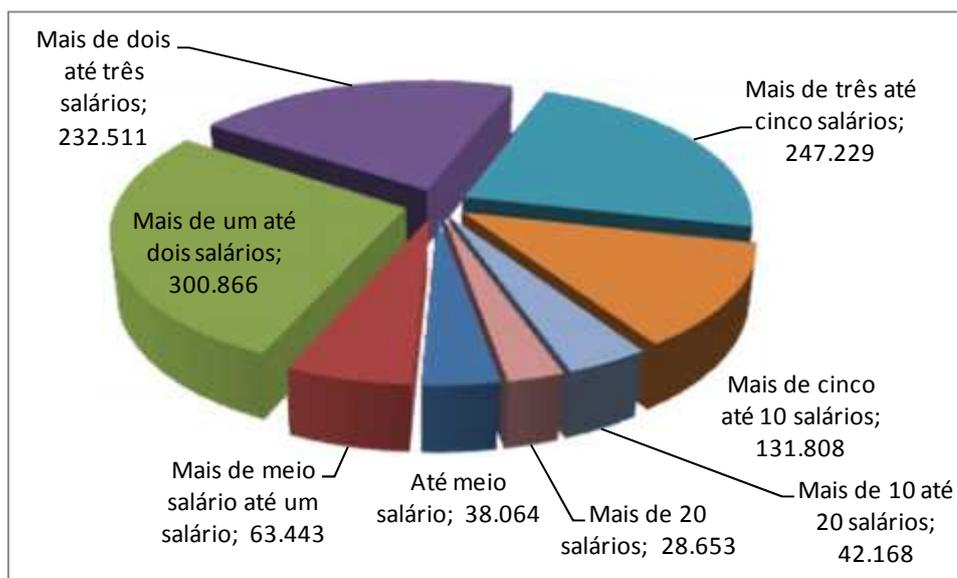


Fonte: PNAD

Elaboração: Instituto Mauro Borges / Segplan-GO / Gerência de Estudos Socioeconômicos e Especiais – 2013

Um dado que auxilia na compreensão da ainda existência de crianças trabalhando no nosso estado, é o da renda familiar. O Gráfico 4, mostra que Goiás tem mais de 81% de suas crianças em famílias com renda de até 5 salários mínimos. Desse total, cerca de 72% estão em grupos com renda familiar de até 3 salários mínimos. Portanto, é necessário criar mecanismos para a elevação da renda da população e, conseqüentemente, diminuir a desigualdade social e melhorar a qualidade de vida das famílias goianas.

**Gráfico 4 - Quantidade de pessoas de 5 anos até 12 anos de idade por faixa de rendimento familiar**



Fonte: PNAD – 2012

Elaboração: Instituto Mauro Borges / Segplan-GO / Gerência de Estudos Socioeconômicos e Especiais – 2013

**Desafios:**

- Ampliar o número de vagas em creches e pré-escolas para atender o que determina a Lei nº 12.796/2013;
- Melhorar a qualidade do ensino nos anos iniciais, por se tratar da base da educação;
- Acabar com o analfabetismo infantil, fazendo com que todas as crianças acima de 8 anos de idade saibam ler e escrever;
- Aumentar a acessibilidade em creches, pré-escolas e escolas para crianças portadoras de necessidades especiais;
- Criar mecanismos de elevação da renda das famílias por meio de capacitação de jovens e adultos;
- Melhorar o atendimento em saúde infantil, compreendendo ações desde a gestação;
- Facilitar o acesso a equipamentos públicos de esporte e lazer, como a criação de parques em áreas periféricas por exemplo.